

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

ERB SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

Assunto: Resposta à Impugnação ao Edital nº 12/2025

Prezados,

Acusamos o recebimento da impugnação apresentada em 10/12/2025, referente ao Edital nº 12/2025, cujo objeto é Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de profissionais médicos para atendimento na Rede de Atenção Psicossocial de Saúde (RAPS), na Atenção Primária à Saúde (APS) e na Rede de Urgência e Emergência (RUE) de São Leopoldo nos serviços sob gestão da Fundação de Saúde de São Leopoldo

Após análise dos argumentos apresentados, informamos que a impugnação não foi considerada procedente.

Dos pedidos:

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para determinar-se a republicação do Edital, escoimado dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto. Impugna-se a justificativa de exigência de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro equivalente a, no mínimo, 15% do valor estimado da contratação, além de Patrimônio Líquido mínimo de 10%, como condição cumulativa de qualificação econômico-financeira, uma vez que tais exigências são exageradas, e por tal adoção como critério indispensável afrontar o princípio da legalidade, economicidade, isonomia e por consequência frustrar o caráter competitivo. Requer-se a adoção alternativa de comprovação de capacidade financeira somente por meio dos índices econômicos previstos no Edital.

Não consideramos este pedido procedente, visto que a lei não impõe a adoção de índices específicos. Em acórdão sobre o tema, analisando edital que exigia CCL mínimo de 16,66% do valor da contratação, além de patrimônio líquido mínimo de 10%, o órgão de controle externo reconheceu que tais critérios se situavam dentro dos limites legais, desde que amparados em estudos e justificativas técnicas constantes do processo. Portanto, a leitura que pretende estender a Súmula 275 para impedir a cumulação entre índices contábeis e capital/patrimônio mínimo não encontra respaldo nem no texto do enunciado, nem na interpretação atual do TCU e de manuais oficiais sobre a aplicação do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 69, admite a utilização conjunta de índices contábeis e, adicionalmente, a exigência de capital ou patrimônio líquido mínimo, limitado a 10% do valor estimado da contratação, não havendo vedação legal à cumulação de índices de liquidez/solvência com capital circulante líquido e patrimônio líquido mínimo, desde que justificados e proporcionais; a Súmula nº 275 do TCU versa sobre a não cumulação entre capital social mínimo, patrimônio líquido.

Em edital, 9.4.1.2 estabelece como critério de qualificação financeira para habilitação a demonstração de índices, disponha da apresentação de Capital Circulante Líquido/ Capital de Giro respeitando a não cumulação apresentada nos fatos, ao qual não está sendo solicitado a apresentação do Capital Social mínimo ao qual veda a Súmula 275 do TCU.

9.4.1.2 A licitante deverá comprovar, mediante balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro equivalente a, no mínimo, 15% do valor estimado da contratação, além de Patrimônio Líquido mínimo de 10% desse valor, conforme autorizado pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021. O não atendimento desses percentuais acarretará a inabilitação da licitante.

Alessandra Ramos.

Pregoeiro(a)

São Leopoldo, 12 de dezembro de 2025